

# CIÊNCIAS HUMANAS: ATUALIZAÇÃO DE ÁREA

JANEIRO E  
FEVEREIRO  
DE 2023



**CIÊNCIAS HUMANAS**



**LIVROS ACADÊMICOS**  
NÚCLEO DO CONHECIMENTO

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/livros/ciencias-humanas/ciencias-humanas-jan-fev-2023>

DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/1609

C569c

Ciências Humanas: Atualização de Área - janeiro e fevereiro de 2023 [recurso eletrônico] / Organizadores Carla Viana Dendasck, [et al.]. – 1.ed. -- São Paulo: CPDT, 2023.

Vários autores

Formato: ePUB

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-996464-5-4

1. Ciências Humanas 2. Atualização de Área 3. I. Dendasck, Carla Viana.

CDD: 370

CDU: 37

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/livros/ciencias-humanas/ciencias-humanas-jan-fev-2023>

DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/2136

## **EDITORIAL**

### **Diretor-Presidente**

Profa. Dra. Carla Viana Dendasck

### **Organizadores**

Carla Viana Dendasck

Anísio Francisco Soares

Cláudio Alberto Gellis de Mattos Dias

Americo Junior Nunes Da Silva

Michele Aparecida Cerqueira Rodrigues

Lucianne Oliveira Monteiro Andrade

Tammy Andrade Motta

Ezequiel Martins Ferreira

Bruno Marcos Nunes Cosmo

Denilson Carlos Ferreira Lopes

Silvane Marcela Mazur

Jose Raimundo Evangelista Da Costa

Tatiana Cristina Vasconcelos

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/livros/ciencias-humanas/ciencias-humanas-jan-fev-2023>

DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/2142

Hugo Jose Coelho Corrêa De Azevedo

**Mesa Editorial**

Adam Benedito do Carmo de Sousa

Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR

Alfredo Cesar Antunes

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

Anísio Francisco Soares

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Américo Junior Nunes da Silva

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/livros/ciencias-humanas/ciencias-humanas-jan-fev-2023>

DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/2142

Andreia Bulaty

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

António José Alexandre

Instituto superior politécnico Nelson Mandela – (ISPNM – Luanda – Angola)

Antonio Luiz da Silva

Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – FUNAD e Instituto dos Cegos da Paraíba – Adalgisa Cunha – ICPAC

Antonio Renaldo Gomes Pereira

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Arlindo Nascimento Rocha

Controladoria Geral do Município de Niterói – CGM

Bruno Marcos Nunes Cosmo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/livros/ciencias-humanas/ciencias-humanas-jan-fev-2023>

DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/2142

Cláudio Alberto Gellis de Mattos Dias

Instituto Federal do Amapá – IFAP

Denilson Carlos Ferreira Lopes

Academia da Força Aérea – AFA

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Ezequiel Martins Ferreira

Universidade Federal de Goiás – UFG

Fábio Peron Carballo

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

Fabio Rodrigo Ferreira Gomes

Centro Universitário Ítalo brasileiro e Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/livros/ciencias-humanas/ciencias-humanas-jan-fev-2023>

DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/2142

Filomena Luciene Cordeiro Reis

Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes e Centro  
Universitário Funorte

Flavia Piccinin Paz Gubert

Faculdade Educacional de Medianeira – UDC e Faculdade de Ensino  
Superior de Marechal Candido Rondon – ISEPE

Hugo José Coelho Corrêa de Azevedo

Fundação Oswaldo Cruz – FOICRUZ

Jose Carlos de Abreu Amorim

José Raimundo Evangelista da Costa

Universidade Paulista – UNIP

Josué Ribeiro da Silva Nunes

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/livros/ciencias-humanas/ciencias-humanas-jan-fev-2023>

DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/2142

Letícia Ferreira Frigo

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Liana Barcelos Porto

Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Lucianne Oliveira Monteiro Andrade

Instituto Federal Goiano – IFGoiano

Magno Fernando Almeida Nazaré

Instituto Federal do Maranhão – IFMA e Secretaria de Educação de  
Carutapera – MA

Marcel Alcleante Alexandre de Sousa

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/livros/ciencias-humanas/ciencias-humanas-jan-fev-2023>

DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/2142

Marcelo Hamilton Sbarra

Programa de Pós-graduação em arquitetura da UFRJ – PROARQ,  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Marcio Hollosi

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Maria Luzinete Alves Vanzeler

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Michele Aparecida Cerqueira Rodrigues

Logos University International – UNILOGOS

Michell Pedruzzi Mendes Araújo

Universidade Federal de Goiás – UFG

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/livros/ciencias-humanas/ciencias-humanas-jan-fev-2023>

DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/2142

Nasson Delgado de Arruda – Instituto Federal do Mato Grosso

IFMT

Ruy Ferreira da Silva

Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales – UCES,  
Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT e Hospital  
Universitário da Universidade Federal do Norte do Tocantins – HU-  
UFNT

Santiago Andrade Vasconcelos

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Silvana Schimanski

Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

Silvane Marcela Mazur

Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Ensino (GPEMEN) da  
Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e Universidade  
Nove de Julho (UNINOVE)

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/livros/ciencias-humanas/ciencias-humanas-jan-fev-2023>

DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/2142

Tammy Andrade Motta

Tatiana Cristina Vasconcelos

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Walber Gonçalves de Souza

Centro Universitário de Caratinga – UNEC

Wenis Vargas de Carvalho

Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC

### **Assistentes**

Sara Stefanie de Oliveira

Ayla Beatriz Viana Lino Dendasck

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/livros/ciencias-humanas/ciencias-humanas-jan-fev-2023>

DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/2142

## SUMÁRIO

### **1. A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA CONSTRUÇÃO DO SABER MODERNO**

*Cleiber Marques Vieira*

### **2. O ESVAZIAMENTO POLÍTICO-CURRICULAR E A EMERGÊNCIA DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA PARA A SALA DE AULA**

*Brenno Gomes de Barros  
Hugo José Coelho Corrêa de Azevedo*

### **3. DESAFIOS A SEREM VENCIDOS PELO DOCENTE DO SÉCULO XXI**

*Neuza Siqueira de Souza  
Victor Gonçalves Gloria Freitas  
Luciane Medeiros de Souza Conrado*

### **4. REGULAMENTOS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA E AS NORMATIZAÇÕES PARA OS PROFESSORES NO PERÍODO DO ACRE DEPARTAMENTAL**

*Laís Souza da Costa  
Genylton Odilon Rêgo da Rocha*

### **5. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO EIXO ARTICULADOR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: AMPLIANDO O OLHAR ACERCA DAS PRÁTICAS DE UM LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/livros/ciencias-humanas/ciencias-humanas-jan-fev-2023>

DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/2145

*Américo Junior Nunes da Silva*

## **6. CELULARES EM SALA DE AULA FACILITAM A APRENDIZAGEM?**

*Charles dos Santos Barros*

*Suelen dos Santos Barros*

## **7. A GAMIFICAÇÃO COMO RECURSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

*Fernanda Bordini Manenti de Jesus*

*Ana Paula de Carvalho Fernandes Colombo*

*Keity Bordignon Rocha Dutra*

*Sawana Araújo Lopes*

## **8. INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: DESAFIOS, LIMITES E PERSPECTIVAS**

*Adam Benedito Do Carmo De Sousa*

## **9. A COMUNICAÇÃO APOIADA NA PSICOLOGIA SOCIAL PARA CONTEMPLAR A DIVERSIDADE: UMA SÍNTESE**

*Michele Aparecida Cerqueira Rodrigues*

## **10. MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE VIDA: POSSÍVEIS PESQUISAS E ESTUDOS ACADÊMICOS E CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS**

*Filomena Luciene Cordeiro Reis*

*Wenceslau Gonçalves Neto*

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/livros/ciencias-humanas/ciencias-humanas-jan-fev-2023>

DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/2145

## **11. CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO DOS SABERES NA DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO**

*Antonio Renaldo Gomes Pereira  
Antonio George Lopes Paulino*

## **12. EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL: REFLEXÕES NA PERSPECTIVA DA SOCIEDADE CAPITALISTA E DO PAPEL DO ESTADO**

*Tatiana Cristina Vasconcelos  
Joselito Santos  
Thayná Souto Batista*

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/livros/ciencias-humanas/ciencias-humanas-jan-fev-2023>

DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/2145

## APRESENTAÇÃO

As Ciências Humanas desempenham um papel fundamental na compreensão da cultura, política, história, comportamento humano, dentre outros setores sociais. Sendo assim, auxiliam na visão e compreensão de mundo que temos enquanto cidadãos.

Diante disso, o convidamos para a leitura deste E-book com o foco para as Ciências Humanas e suas relações com as pesquisas acadêmicas.

Portanto, se você é um pesquisador, estudante, professor, ou amante das Ciências Humanas, este E-book é especialmente feito para você! Nele, você terá acesso atualizado às pesquisas acadêmicas da área, e profundas reflexões necessárias para o nosso século XXI.

Os capítulos presentes nesse E-book são produções inéditas de pesquisadores provindos das diversas áreas das humanidades, como a Educação, História, Filosofia, dentre outras. Servindo assim, para futuras pesquisas e acervos teóricos, podendo o leitor utilizar como referência na construção de artigos, monografias, dissertações e teses.

Boa Leitura!

Me. Hugo José Coelho Corrêa de Azevedo

DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/2147

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/livros/ciencias-humanas/ciencias-humanas-jan-fev-2023>

DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/2147

Regulamentos da instrução pública e as normatizações para os professores no período do acre departamental

#### **4. REGULAMENTOS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA E AS NORMATIZAÇÕES PARA OS PROFESSORES NO PERÍODO DO ACRE DEPARTAMENTAL**

Laís Souza da Costa <sup>1</sup>

Genylton Odilon Rêgo da Rocha <sup>2</sup>

DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/1700

Este trabalho apresenta como tema a história da formação de professores no Acre dando destaque para as normatizações contidas nos Regulamentos da instrução Primária no período do Acre Departamental com base no que vinha sendo proposto a nível nacional.

Para ilustrar esse contexto, é importante salientar que o Acre passou por mudanças significativas na sua organização administrativa. De 1904 a 1920, o estado foi dividido em Departamentos<sup>3</sup> nos quais eram nomeados os prefeitos, posteriormente se tornou unificado e a administração passou a ser exercida por um Governador também nomeado pelo presidente, o que impactou em mudanças significativas na educação do Acre.

---

<sup>3</sup> O decreto nº 1181, de 25 de fevereiro de 1904 autorizou o Governo Federal a administrar o Acre, portanto o Acre passou a ser território administrado pelo Presidente da República. Em abril de 1904, o Governo Federal organiza politicamente a criação de três Departamentos: Alto Acre (com sede em Rio Branco), Alto Purus (com sede em Sena Madureira) e Alto Juruá (com sede em Cruzeiro do Sul).

## Regulamentos da instrução pública e as normatizações para os professores no período do acre departamental

Naquele momento o território passou por mudanças significativas no que concerne à educação primária e a organização do trabalho dos professores. A questão a ser destacada é: Quais as normatizações para os professores contidas nos Regulamentos da Instrução Pública no Período do Acre Departamental?

Entende-se que pesquisar a educação nesse contexto requer um mergulho nas raízes sociais de um dado período, do qual a formação de professores está inserida, a fim de descortinar situações do passado para tentar compreender o presente. Portanto, o método histórico e a técnica de análise documental por meio dos jornais como principal fonte, foram empregados como guias de orientação metodológica.

Dentre os periódicos escolhidos, utilizou-se “O Cruzeiro do Sul” e “Alto Purus”, editados e publicados no período do Acre Departamental (1904-1920), pois apresentam uma gama de informações sobre a organização da educação, posto, que neles foram publicados os principais regulamentos a serem analisados nesse trabalho tais quais: o “Regulamento para as escolas públicas do Alto Juruá sob o Decreto de nº 152 do ano de 1912 (O CRUZEIRO DO SUL, 1912) e o Regulamento da instrução pública do Alto Purus sob o Decreto de nº 29 de 1914 (ALTO PURUS, 1914) dos quais os dados foram recolhidos no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional<sup>4</sup>.

---

4 <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

## Regulamentos da instrução pública e as normatizações para os professores no período do acre departamental

Dessa forma, esse artigo tem como objetivos: i) Discutir sobre as mudanças no cenário educacional do país a partir de reformas que instituíram os regulamentos; ii) Destacar as orientações dadas aos professores a partir dos regulamentos para as escolas primárias expedidos no período do Acre Departamental; e iii) Analisar como as normatizações influenciaram no trabalho dos professores nesse período.

### **O DEBATE SOBRE NOVOS MODOS DE PENSAR A EDUCAÇÃO NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO**

O início do século XX no Brasil foi marcado pelo ideário de renovação da educação baseada na formação do “cidadão brasileiro”. Gouvêa e Schueler (2012), apontam para a mesma perspectiva, de dar molde ao “novo cidadão brasileiro” a partir de uma mudança integral, não somente dos espaços escolares como também das práticas de ensino.

[...] Remodelar espaços, conhecimentos e valores, próprios das tradicionais instituições e concepção de educação, no sentido construir a legitimidade da escola como o mais apropriado para educar a infância. Portanto era preciso que se difundisse o ideário de valorizador da cultura escrita e de uma nova ética do trabalho, numa comunidade imaginada, a Nação, bem como a aquisição de códigos de condutas afirmados como civilizados (GOUVÊA e SCHUELER, 2012, p. 329).

## Regulamentos da instrução pública e as normatizações para os professores no período do acre departamental

Nessa perspectiva de entendimento, os debates se articulavam em promover a remodelação dos espaços escolares, dos conhecimentos ensinados nas escolas e principalmente, a prática dos professores, para que dessa forma pudesse haver mudanças significativas no país. Porém, a concretização dessas ideias ainda era embrionária, posto que para dar embasamento teriam que preparar de antemão os professores, todavia a realidade era outra:

Podemos entender que a formação do professor, em alguns momentos históricos, esteve baseada no “saber provindo da experiência”, ou seja, por meio do contato com o trabalho de um professor já experiente e atuante, se aprenderia como ensinar. A observação do trabalho de um professor em sala de aula possibilitaria a vivência e os conhecimentos necessários para aprender a função de professor (GUEDES e SCHELBAUER, 2010, p. 229).

Nesse sentido, cabia a cada um organizar ao seu modo, certo de que muitos se baseiam pela organização curricular do Ensino primário promovido pela reforma de Benjamin Constant em 1890<sup>5</sup>. No Acre, ainda estava caminhando em passos lentos, sendo promulgados dois regulamentos no período Departamental, porém, com alguns aspectos distintos, principalmente com relação às orientações dadas aos professores.

---

5 A Reforma Benjamin Constant em 1890 instituiu uma organização que determinava o ensino público em três categorias: Primário, secundário e superior. O primeiro ministrado nos níveis elementar e complementar obrigatório para crianças de ambos os sexos, nas idades de 7 a 12 anos. Cf.: Decreto n. 891 de 08 de novembro de 1890. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br>. Acessado em: 23 dez. 2020.

Regulamentos da instrução pública e as normatizações para os professores no período do acre departamental

## **OS REGULAMENTOS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO ACRE DEPARTAMENTAL: O QUE TEM A DIZER SOBRE AS NORMATIZAÇÕES PARA OS PROFESSORES**

Para dar mais organicidade à educação do Território foram instituídos regulamentos que pudessem nortear o trabalho dos professores e nesses documentos é possível verificar quais eram as ordenações. destacar destaca-se no Quadro abaixo algumas das normatizações contidas nesses documentos:

Regulamento do Alto Juruá	Regulamento do Alto Purus
Nos dias a educação moral e cívica, Historia do Brazil e História Natural, o professor preparará suas lições de modo a despertar o interesse das creanças pelo assunto, quer narrando-lhes sinjelamento fatos cívicos e morais, quer fazendo demonstrações praticas, sempre com o objeto a vista. (O CRUZEIRO DO SUL, 1912, p.2).	Art. 20- Immediatamente abaixo do cargo de director geral, haverá um de inspetor escolar, que será um auxiliar directo daquelle na boa marcha dos trabalhos escolares, competindo-lhe a fiscalização assídua das escolas de acordo com as necessidades se forem sentidos na distribuição dos serviços. (ALTO PURUS, 1914, p.1).
Art. 5- Os professores nomeados dentre as pessoas habilitadas por qualquer Escola Normal ou previamente aprovadas em concursos públicos” (O CRUZEIRO DO SUL, 1912, p.2.).	Art. 9º- Os serviços relativos à instrução ficarão a cargo de um diretor geral, que no exercício de suas funções o fiscalizará directamente e por intermédio do inspetor escolar como legitimo representante do prefeito” (ALTO PURUS, 1914, p.4).

Regulamentos da instrução pública e as normatizações  
para os professores no período do acre departamental

<p>Art. 37- § 2º fazer diariamente, antes de começar os trabalhos, a chamada dos alunos, anotando-lhes as faltas.</p> <p>§ 3º manter a ordem em sala de aula e no recreio, e não manifestar preferência por este ou aquele aluno.</p> <p>§ 4º empregar o máximo desvelo na instrução de todos os alunos, indistintamente, e observar rigorosamente programa geral do ensino, dando lições um caráter essencialmente pratico.</p> <p>§ 5º Satisfazer prontamente as requisições, que referentes ao ensino, lhe fizer o inspetor.</p> <p>§ 6º - Observar as prescrições relativas à higiene escolar, quer quanto aos ao predio que funcionar a escola, quer quanto aos alunos, aproveitando todas as ocasiões que se lhe oferecer para um ensinamento moral.</p> <p>§ 7º- Trazer sempre em dia a escrituração da escola, tendo para isso os seguintes livros: de matricula, de ponto, do registro, de medias, de inventario, de visitas e de termos de exames.</p> <p>§ 8º- Enviar mensalmente ao inspetor um mapa da frequencia da escola.</p>	<p>Art. 22- Serão considerados efectivos os professores que obtiverem suas cadeiras mediante concurso, interinos, que forem nomeados por simples deliberação do prefeito”. (ALTO PURUS, 1914, p.2).</p>
<p>“competindo lhe atestar o exercício dos professores e trazer ao conhecimento do inspetor as faltas dos membros do majisterio, quanto aos seus procedimentos público e quanto ao cumprimento dos seus deveres escolares”. (O CRUZEIRO DO SUL, 1912, p.3)</p>	<p>Art. 23- b) Para preenchimento dos logares de professores elementares e adjuntos, o governo do Departamento dará sempre preferência aos que já houveram sido aprovados em concursos anteriores, que ficarão validos durante um anno para efeito de nomeação. (ALTO PURUS, 1914, p.2)</p>

## Regulamentos da instrução pública e as normatizações para os professores no período do acre departamental

O Regulamento do Alto Juruá retrata que nesse período a preocupação com a metodologia do professor já era observada, principalmente no que concerne aos ensinamentos das disciplinas de Educação Moral e Cívica e História do Brasil e da Natureza. Souza (2000) a tratar sobre o método intuitivo, mas conhecido também como lições de coisas, destacou que esse dispositivo foi a base central da modernização pedagógica do final do século XIX, cujos seus principais precursores eram Pestalozzi e Froebel.

Percebe-se nesse documento a forma como o professor passou a ter suas atribuições ressignificadas. Se antes cumpria o papel apenas de ensinar o ler, escrever e contar, agora sua responsabilidade se estendeu ao seu papel enquanto aquele tinha por obrigação zelar por todas as situações escolares, incluindo o trabalho de moralização das crianças de acordo com a metodologia vigente. Enquanto o inspetor vigiava seu trabalho, também aplicava sanções caso não obedecesse às normas do documento, e como consequência disso, era penalizado com a suspensão do seu trabalho, a perda do vencimento por quatro meses, ou a critério do prefeito.

O Regulamento do Alto Purus detalha como essa organização poderia ser feita destacando que o ensino primário gratuito era de responsabilidade da prefeitura, sendo ofertado para ambos os sexos, além de se propor a conceder favores para as iniciativas de ensino secundário e profissional, fato este, inexistente no Regulamento do Juruá. É percebido também que o próprio documento não se fecha para destacar quais são as normatizações para os professores, caso

Regulamentos da instrução pública e as normatizações para os professores no período do acre departamental particular do Regulamento anterior no qual constava um capítulo inteiro sobre os seus principais deveres.

Essas atribuições tinham um caráter fiscalizador, mas também se percebe o caráter mais flexível das normatizações, principalmente no que se refere ao trabalho do professor. O documento transparece a importância dada aos concursos para provimento de cargo à professores adjuntos e complementares. A relevância dada aos concursos nesse período era tão levada a sério, que é dedicado um capítulo inteiro apenas para dar destaque a essa temática.

Castro (2011) relata que no Departamento do Alto Purus, havia turmas bastante numerosas e desnível de preparação dos professores, e que, para sanar esse inconveniente foram divididos os cursos em elementar e complementar e passaram a funcionar em escolas reunidas e isoladas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com os regulamentos expostos, constata-se que apesar de expedidos num período inicial do Acre Território, trouxeram consigo uma maior sistematização, principalmente relacionadas à organização do currículo das escolas primárias, tanto as atribuições dadas aos professores para atuarem no ensino público através de concurso, quanto a metodologia adequada para se trabalhar no Ensino Primário. Ocorreu uma maior responsabilização deste trabalho, visto que abrangia diversas competências, além de categorizar essa formação e

Regulamentos da instrução pública e as normatizações para os professores no período do acre departamental dar punições àquilo que não fosse cumprido. A importância demasiada aos concursos públicos para provimento de cargo não fazia jus a formação requerida, posto que a exigência de qualificação não condizia com a realidade local, uma vez que naquele momento não haviam Escolas Normais para atender a essas exigências.

O debate sobre a formação de professores no seu contexto histórico, principalmente no que diz respeito aos documentos orientadores, amplia a compreensão de como as diretrizes normatizadoras foram influenciando na reestruturação e organização da carreira docente. Se hoje algumas análises teóricas e práticas relacionadas a essa formação se baseiam na precarização e na competência dos professores, urge voltar-se no tempo e analisar como essas demandas foram sendo entendidas e instituídas na organização educacional do país como também a local.

## **INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES**

<sup>1</sup> Laís Souza da Costa

Mestre. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4620-4677>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4042211619815808>.

<sup>2</sup> Genylton Odilon Rêgo da Rocha

Orientador. Doutor. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6264-5387>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3735617515418666>.

Regulamentos da instrução pública e as normatizações  
para os professores no período do acre departamental

## REFERÊNCIAS

ALTO PURUS. **Regulamento da instrução pública do Alto Purus sob o Decreto de nº 29 de 1914**. 1914. ed. 290. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 23 dez. 2020.

CASTRO, C. O. Caminhos da modernidade Acriana: a gestão de Maria Angélica de Castro. In: LIMA, E. M.; NASCIMENTO, L. M.; ALBUQUERQUE, L. B. A. (orgs.) **Moderno/Contemporâneo Reflexões sobre a educação escolar**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2012.

GOUVÊA, Maria Cristina S.; SCHUELER, Alessandra F. M. Condições de instrução da infância: entre a universalização e a desigualdade. In: ARAÚJO, José Carlos; SOUZA, Rosa Fátima; PINTO, Rubia-Mar Nunes. **Escola primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara, São Paulo, Junqueira & Marin, 2012, p. 329-361.

GUEDES, S. T. R.; SHELBAUER, A. R. Da prática do ensino à prática de ensino: os sentidos da prática na formação de professores no Brasil do século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p.227-245, 2010.

O CRUZEIRO DO SUL. **Regulamento para as escolas públicas do Alto Juruá sob o Decreto de nº 152 do ano de 1912**. 1912. ed. 204. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 23 dez. 2020.

SOUZA, R. F. Inovação educacional do século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos Cedes**, v.20, n.51, p.9-28, 2000.